



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

PROPOSTA N.º 364/2010

Manutenção das cedências a título precário até à entrada em vigor do regime do arrendamento social.

Considerando que:

- Grande parte do parque habitacional municipal está atribuído aos seus ocupantes a título de cedência precária ao abrigo do Decreto n.º 35 106, de 6 de Novembro de 1945;
- Existia a dúvida se o Decreto n.º 35 106, de 6 de Novembro de 1945, se encontrava tacitamente revogado uma vez que o Decreto-Lei n.º 34 486, de 6 de Abril de 1945, que o referido Decreto regulamentava, foi expressamente revogado pelo artigo 22º do Decreto-Lei n.º 310/88, de 5 de Setembro;
- A dúvida é sanada pelo Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República n.º P001072003 que não acolhe este entendimento, sustentando que o referido Decreto se encontra em vigor;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

- O Decreto n.º 35 106 de 1945, de 6 de Novembro, é expressamente revogado pela Lei n.º 21/2009, de 20 de Maio, que dispõe no seu artigo 2º:

“Até à data da entrada em vigor do regime do arrendamento social, é aplicável às situações abrangidas pelo Decreto n.º 35 106, de 6 de Novembro de 1945, o regime transitório constante do artigo seguinte.”

Estando assim em vigor o regime jurídico transitório previsto no artigo 3º do citado diploma, que regula os fundamentos de cessação da utilização dos fogos atribuídos, que se aplica a todos os casos anteriormente abrangidos pelo revogado Decreto n.º 35 106 de 1945, de 6 de Novembro, até à entrada em vigor do regime de arrendamento social, previsto no NRAU, Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro.

Assim estando a maioria dos fogos atribuídos em regime de cedência precária ao abrigo do revogado Decreto n.º 35 106 de 1945, de 6 de Novembro, estes passam a ser regulados pelo regime transitório previsto na Lei n.º 21/2009, de 20 de Maio até à entrada em vigor do regime do arrendamento social.

Com a entrada em vigor do novo regime do arrendamento social será necessário adaptar todas as situações existentes ao mesmo, do qual ainda se desconhece a data de entrada em vigor e especificidades.

Estar neste momento a transformar todas as cedências precárias em contratos de arrendamento no regime de renda apoiada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/1993, de 7 de Maio, não faz sentido uma vez que depois os mesmos teriam de ser novamente alterados de acordo com o regime de arrendamento social, que irá abranger todas as situações.

Mantendo em regime de cedência precária as situações já existentes até à entrada em vigor do novo regime evitam-se aumentos de renda, com resultados imprevisíveis, resultantes da aplicação do Decreto-Lei 166/93, de 7 de Maio, e a duplicação de alterações, primeiro para o regime de renda apoiada e posteriormente para o novo regime do arrendamento social.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

Estando em vigor o regime transitório instituído pela Lei 21/2009, de 20 de Maio, deverá ser este o adoptado até à entrada em vigor do novo regime, como resulta da própria Lei.

Termos em que:

O Vereador do PCP tem a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 7 do art. 64º da Lei n.º 169/99, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere:

1. Manter em regime de cedência precária as situações já existentes até à entrada em vigor do regime do arrendamento social aplicando-lhes o regime transitório previsto no artigo 3º da Lei n.º 21/2009, de 20 de Maio;
2. Que a Câmara Municipal de Lisboa desenvolva os procedimentos que se julguem convenientes junto da Assembleia da República e do Governo no sentido da revisão do Decreto-Lei 166/1993, de 7 de Maio, que regula o regime de renda apoiada, até à entrada em vigor do regime de arrendamento social, previsto no NRAU, Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro.

Lisboa, 30 de Junho de 2010

O Vereador do PCP

Ruben de Carvalho